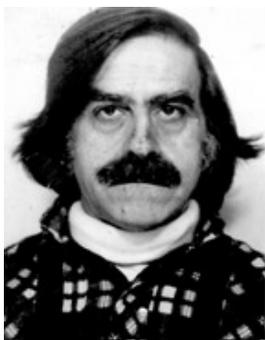


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SARAIVA, António José (Leiria, 1917 – Lisboa, 1993)

Professor e crítico literário, historiador da cultura, teorizador do fenómeno estético, politicólogo e ensaísta, António José Saraiva, distinguiu-se ao longo de meio século no panorama cultural português como um dos mais surpreendentes e controversos intelectuais públicos. No interior ou fora da investigação e do ensino, proferiu palestras, concedeu entrevistas, suscitou ou foi envolvido em polémicas de forte impacto que marcaram indelevelmente a agenda cultural do país. Disponibilidade interventora irreprimível, desde cedo revelando o perfil de um pesquisador dotado de uma invulgar perspicácia teórica e analítica, como de uma notável disciplina criativa, sem no entanto se enclausurar no reduto elitista da alta cultura. Pelo que, dessa variada e extensa actividade crítica resultou uma obra de natureza histórico-literária, didáctica e doutrinal de elevado nível erudito e problemático, situando-se ocasionalmente na orla do pensamento político-filosófico. Como, em simultâneo, assinou uma abundante produção jornalística com largo eco nos meios cultos e junto de um amplo círculo de leitores, difundida por numerosos jornais e revistas de diferentes lugares e estatuto, e parcialmente publicada em livro. Por conseguinte, desenvolvendo um esforço cultural multiforme a resistir a um acidentado e por vezes angustiante trajecto de vida, dimensão que não poderá aqui ser elidida atendendo à sua estruturante operacionalidade.

Ora o primeiro grande segmento desse itinerário a ter em conta, de todos o mais extenso e convulsivo (1917-1960), inclui necessariamente os ciclos iniciais da socialização primária e o da formação académica. A função matricial do primeiro, o ciclo de uma infância urbana na província extremenha mas com ocasionais e intensas experiências rurais, não deixará de se repercutir, ou de, discretamente, se insinuar como inconfundível marca de água nas diferentes revoluções dessa tantas vezes penosa caminhada intelectual. Um e outro período, fases distintas de crescimento humano, cultural e cívico, a antecederem a sua entrada na vida activa, no espaço público e na militância política e partidária. Desenhando-se a partir de então, concluída a formação académica, novos contextos a configurarem o longo segmento de vivência nacional intra-muros interrompido com a expatriação.

Remontando aos mais distantes marcos dessa impressionante socialização do futuro historiador e político, ainda mal chegado à adolescência e aluno do ensino secundário, é de reter a primeira e relevante fronteira que o desafiou e rapidamente transpôs: a do tradicionalismo católico. No difuso



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

momento de descoberta da complexa ordem do mundo, e considerando o exigente contexto familiar e social donde provinha, a prova representou uma inequívoca manifestação de autonomia. Qualidade que iria subsistir ao longo dos anos como traço dominante do seu carácter. Dispensando então, de forma aparentemente definitiva, a matriz da mundividência que lhe orientara a passagem de uma infância enfermiça e protegida a uma juventude sóbria, estudiosa e tranquila. Idades cujos contornos idiossincráticos, o historiador, em diversos textos, associa à mentalidade e usos do interior beirão, origem do agregado familiar. Um tempo sem mais história, que até aos quinze anos decorre na queirosiana Leiria, pontuado por raras, embora demoradas e tonificantes vivências rurais e serranas. Logo depois, instalando-se na capital com a família, a Lisboa do período de implantação do Estado Novo, aí vai concluir os estudos secundários. E doravante confrontando-se a outros ritmos do quotidiano e uma mais alargada e turbulenta escala existencial. Quotidiano e estudos sempre de perto tutelados pelo progenitor, um estudioso inclinado para as humanidades e reitor das escolas secundárias que o jovem Saraiva frequentou. Em Lisboa, A J S. estabelece novos contactos, alarga o campo de leituras e passa a dispor de um maior conjunto de alternativas mentais e ideológicas.

Intelectualizando a percepção dessas novas experiências acerca-se do pensamento racionalista de António Sérgio. Ensaísta famoso, um neo-kantiano cuja influência vai exercer na sua dúctil organização psíquica um eficaz e rápido efeito emancipador. E o novo ângulo perceptivo contribui não apenas para o definitivo afastamento do “catolicismo ético” de inculcação materna, como abala outras certezas em que se reconhecía. Libertando-o depressa, de modo definitivo, ou apenas em parte, e por um longo período de tempo, do lastro de atavismos ancestrais e de antiquadas convicções teóricas, nomeadamente - os termos ou sentido dos mesmos são do próprio -, do intuicionismo bergsoniano estranhamente matizado pelo positivismo de Maurras e do positivismo teofiliano. Esta última influência expressa numa má e truculenta retórica jacobina. E daí, virando costas a esse *corpus* ideológico, tido na altura como inteiramente obsoleto, e a sentir-se em condições de ascender ao domínio das ideias claras “nesta nossa primeira ou segunda iniciação intelectual” (*Para a história da cultura em Portugal* (1946), pref. 3ª ed. (1969), 4ª ed. (1972), p.19). Também facilitando esse seu juvenil sergianismo, como sempre reconhecerá, a aproximação ao pensamento de Marx. E sobretudo no plano da luta política de que ensaiou os discretos primeiros passos enquanto aluno da Faculdade de Letras de Lisboa. Aqui, em 1938, termina a licenciatura em Filologia Românica com uma dissertação sobre Bernardim - *Ensaio sobre a obra de Bernardim Ribeiro* (1941). Após o estágio pedagógico efectuado no Liceu de Pedro Nunes, volta à mesma faculdade para exercer funções docentes (1941). Desde então podia vislumbrar uma segura e confortável carreira universitária. Logo em 1942, apresenta-se a provas de doutoramento com uma laureada dissertação consagrada a *Gil Vicente e o fim do teatro medieval* (1942). Na mesma linha analítica do estudo sobre Bernardim e conceptualmente circunscrita à esfera hermenêutica de tradição alemã e à influência dos estudos de J. Huizinga sobre a mesma época. Todavia, mau grado este ingresso brilhante no sistema de ensino, no ano imediato, por motivos deontológicos, no quadro de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

uma mera discordância pedagógica com o docente a que estava directamente subordinado, vai perder o lugar na Universidade. E vendo-se por isso coagido a exercer a docência no ensino secundário. No Liceu de Passos Manuel, em Lisboa (1944-1945), e no Liceu Gonçalo Velho, em Viana do Castelo (1945-1949). Ora nesta última data, por motivo de um crescente empenhamento na oposição ao regime autoritário de Salazar é perseguido e preso. Isto no âmbito do ilegalizado Partido Comunista Português, organização em que pela mão de Óscar Lopes, colega de estágio e filólogo, militava desde 1944. Na sequência da detenção em 1949, e como forma de retaliação complementar, o governo logo lhe decretou o total e definitivo afastamento do ensino público e privado. É um novo e profundo golpe em relação às expectativas de vida, de imediato a traduzir-se no plano financeiro e psicológico em pesados custos de que nos deixou inequívocos testemunhos. Não obstante, no difícil passo que representava a irradiação de qualquer actividade docente, A. J. Saraiva era já credor de um sólido prestígio entre a *intelligentzia* desafecta ao regime, e inclusive em outros sectores.

Daí em diante, neste novo e incerto ciclo de vida, e após uma fase de dura prostração anímica, envolve-se por inteiro no trabalho de investigação e escrita, o que lhe permite obter os recursos indispensáveis à manutenção do núcleo familiar entretanto constituído. Entre outros livros de feição didáctica ou de crítica literária, empreende uma ambiciosa empresa de pesquisa convertida na sua *História da Cultura em Portugal* (3 vols. I, 1950; II, 1955 e III, 1962), seguramente o *opus magnum* saraiviano e um dos monumentos da historiografia portuguesa de meados do século transacto. Um estudo em que também convergem resultados desenvolvidos em anteriores investigações de tipo genérico ou especializadas e, nos dois primeiros volumes, com colaboração não especificada de Jorge de Macedo, Luís de Albuquerque e Óscar Lopes. Entre aquelas investigações contando-se as referidas dissertações sobre Bernardim e Gil Vicente e a primeira síntese sobre a *Inquisição Portuguesa* (1953). Como também o mesmo estudo tira proveito da primeira e sintética abordagem geral que assinou de uma *História da Literatura Portuguesa* (1949), a qual, regularmente, será objecto de sucessivas reedições. Por sua vez, vindo a cruzar-se este último texto com os mais extensos capítulos elaborados para uma ampla panorâmica histórico-literária redigida em parceria com Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa* (1954), o amigo, correligionário e interlocutor de uma vida. E aspecto a reter, a mais reeditada, refundida e influente obra do género, constituindo, independentemente do sociologismo que a condiciona, mas também por isso, um sopro de renovação crítica que veio a impor, no último meio século, o cânone literário nacional. E quanto à acima mencionada e pessoal *História da Cultura em Portugal*, a volumosa obra de sociologia cultural e análise ideológico-literária, importa por sua vez acrescentar que acolhe alguns dos resultados inseridos em *Para a história da cultura ...* (1946). Uma colectânea onde agrupa textos sobre a sociologia da literatura, a épica camoniana - Camões é um dos clássicos renascentistas a quem A. J. S. dedicou inovadoras análises críticas - e um ensaio sobre Garrett. Como ainda o resultado das primeiras prospecções de fundo da obra de Oliveira Martins. Como é sabido, um dos pilares da Geração de 70, a grande paixão histórico-literária de A. J. S., ao longo de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

uma vida de intenso convívio com os nomes cimeiros das letras nacionais e uma particular predilecção pelos mestres oitocentistas. Autores a quem também consagrou, nessa prodigiosamente produtiva década de quarenta, entre outros textos de menor vulto, os seguintes títulos: *As ideias de Eça de Queirós* (1946), obra distinguida com o prémio da Academia das Ciências de Lisboa; *A evolução do teatro de Garrett* (1948); *Herculano e o liberalismo em Portugal* (1949); *A obra de Júlio Dinis e a sua época* (1949).

Ora como seria previsível e a exemplo de certas análises imediatamente anteriores onde já se pressentia um ensaio de viragem metodológica e de estratégia conceptual, o amplo tríptico consagrado à cultura de um país europeu multissecular e de diversíssimas e precoces aculturações transcontinentais, é enquadrado, de forma assaz aberta, pelos princípios e métodos do sociologismo marxista. E daí recorrendo à história geral, à qual, de um ângulo evolucionista, concede uma ampla moldura introdutória. Uma obra que, mais tarde, desvinculado desse paradigma sócio-económico de matriz dialéctica, virá a rejeitar. Não obstante, José Mattoso, o historiador que melhor avaliou a contribuição historiográfica de Saraiva, a propósito de postura tão radical, criteriosamente nos tenha convidado a não lhe conceder demasiada atenção. Sublinhando por isso o efeito renovador da contextualização sociológica que os trabalhos de Saraiva importaram para o campo da análise histórico-literária (“António José Saraiva”, *Penélope...* nº 12, pp. 129-132).

Mas deve ainda esclarecer-se que aqueles conceitos e métodos eram filtrados pela consciência da irredutibilidade do texto enquanto manifestação estética. Na medida em que um texto de semelhante natureza, no qual a ficção e o real, a imaginação e a história, se mesclam num magma de variadas intuições e juízos, e o conjunto é marcado pelo apuro ou irreverência formal inerente ao acto criativo - impressão indelével de uma subjectividade -, o mesmo alberga *ipso facto* uma “diversidade de coerências possíveis”. E, assim, permitindo um amplo e renovado leque de leituras. Consequentemente, na sua generalidade, podendo o autor daquela imponente orquestração da produção histórico-cultural portuguesa, ser situado entre os analistas literários e sócio-historiadores que se abeiram da obra de arte libertos de qualquer rígida perspectiva monocromática e mecanicista. E daí sendo ainda credor da convicção de que o pólo da recepção de um texto, ou seja, o seu leitor e intérprete, se afirma como instância constitutiva da própria recriação e sobrevivência da obra. E esta não apenas é considerada enquanto escrito indutor de deleite sensorial, mas igualmente como fonte de prazer intelectual enquanto instrumento de compreensão do mundo na sua permanente e imprevisível reconfiguração. (*Ser ou não ser arte...* (1993), pp. 74 e *passim*). De notar, estes pontos de vista apresentavam-se numa antologia de textos anteriormente publicados entre 1959 e 1973. Perpassando, pois, em tal modalidade de entendimento, todo o difuso influxo conceptual da fenomenologia husserliana e do seu espaço proliferante de experiências emocionais. Bem como dos sucedâneos da mesma, com relevo para o pós-transcendentalismo heideggeriano, outra das implícitas molduras críticas do seu exigente padrão estético-literário. Como evidenciando, por outra parte, a sua académica e primacial formação

hermenêutica e linguística. Atento, por conseguinte, à tessitura multi-vectorial dos imaginários expressos literariamente e à polissémica densidade da palavra, obscuro e perturbante domínio do ser, matéria-prima do escritor e do poeta. Já no relativo à produção de carácter doutrinal e à esfera das realidades sócio-políticas, domínio do discurso denotativo, aí, é de regra, uma rigorosa normativa metodológica e a mais estrita univocidade na formulação conceptual e na construção de uma proposta interpretativa. E assim, “... os termos têm de ser rigorosamente definidos e os nexos entre eles passados escrupulosamente ao crivo” (*ibid.* p. 38). Ou seja, vendo bem, e em jeito de balanço, o conjunto destas posições, como atrás se sugeriu, colocam Saraiva numa posição ideológica assaz heterodoxa relativamente à versão “vulgar” do materialismo histórico. Quer no concernente à visão determinística da esfera cultural, quer no esfusante finalismo positivista da doutrina. E note-se, ao contrário do que fariam supor, como se verá de seguida, certas linhas programáticas conjunturais assumidas nos anos pós-universitários e em contexto de acérrima luta político-doutrinal intrapartidária. Isto por que, em paralelo ao imponente espólio discursivo acima enunciado - raríssimos são os autores com uma obra tão notável e vasta na sua faixa etária -, contam-se ainda, neste ciclo de trabalho historiográfico e crítico, os já aludidos escritos de notória dimensão polémica e aos quais, em grande parte, ficou a dever, no espaço de quase duas décadas, o estatuto de *maître-à-penser* da esquerda marxista nacional.

Dentre as mais relevantes disputas teóricas e historiográficas em que Saraiva participou nesse combativo lapso de tempo, usando como principal plataforma editorial as revistas culturais *Seara Nova* (Lisboa) e *Vértice* (Coimbra), avultam, num primeiro momento, as controvérsias que o opuseram a Jacinto do Prado Coelho e a João Gaspar Simões (1947-1948). Historiadores e críticos literários a quem assinalava entre outras supostas ou reais fragilidades, o idealismo esteticista, o psicologismo e o misticismo. Ora o mesmo ponto de vista já lhe servira para a desmontagem do “hegelianismo místico” de Oliveira Martins, da sua fase de maturidade, quando este já se havia engolfado no terminal e sombrio pessimismo que devia a Schopenhauer. Um ideário de desistente, conclui-se, muito afastado do seu anterior, juvenil, e eufórico radicalismo anti-capitalista e proudhoniano. Como também o ainda jovem Saraiva, aplicando esse mesmo ideologizado regime interpretativo, detectara nas obras da última fase de Eça de Queirós, como nas de Ramalho Ortigão, um filosófico e análogo cepticismo de forte sentido conservador (*Crónicas*, 2004, pp. 64-68). Mas esta vigilância doutrinária alcançou o clímax, e então com vasta ressonância nos meios da cultura, na ácida troca de textos com António Sérgio, o seu ex-mentor ideológico. No documento mais extenso de resposta a Sérgio, *O caprichismo teórico do sr. António Sérgio* (1952), um título epigonal e assim irónico, reúne os argumentos de maior contundência e subtileza que dirigiu contra as ambiguidades e contradições teóricas daquele pensador. Com especial relevância para a dicotomia gnoseológica implícita na relação sujeito-objecto, à época, o ponto nevrálgico de qualquer debate envolvendo o processo de conhecimento. Mas outra polémica em que participou nesses tempos eruptivos, e se prolongou por vários anos da primeira metade de década de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

50, incendiara desde 1952 o próprio cenáculo intelectual a que pertencia. Minoritária, de recorte jdanovista, a posição de Saraiva acabou por obter o apoio de Álvaro Cunhal (António Vale), na ocasião encarcerado em Lisboa e já com forte ascendente político entre os membros do seu partido (J. Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia...* (2005), vol. 3, pp. 219-262).

Anos volvidos sobre a polémica, pelos finais da década de 50, enquanto preparava o último volume da *História da Cultura* (1962), e um novo ensaio, o *Dicionário Crítico ...*(1960) - uma das peças mais ambigualmente insinuas saídas da sua pena e que depressa ganhou o estatuto de catecismo teórico entre admiradores e camaradas -, por diferentes motivos, amadurece e elege a difícil opção de abandonar o país. Entre esses motivos, prevalecendo sem dúvida o mal-estar decorrente da perseguição político-profissional que ainda não lhe dera descanso.

Surgida em 1960 uma oportunidade de apoio no sistema universitário francês fixa-se em Paris para onde seguira no Outono do ano anterior. Abre-se-lhe desde então um dos mais efervescentes e libertadores espaços de reflexão cultural e de debate ideológico do mundo desenvolvido. E é nesse contexto que um novo segmento do seu trajecto de vida se vai estruturar, no plano das ideias e da investigação, bem como no sócio-afectivo (1960-1974). Período repartido em dois ciclos. Abrangendo o exílio francês (1960-1970), assinalado por uma ampla reciclagem informativa e teórica, e logo a seguir pelo tão desejado regresso à docência universitária na Holanda (1970-1974). Uma nova experiência, distante do mundo católico-latino e do respectivo espaço de mentalidade, agora vivenciando outras formas de sociabilidade e o rude liberalismo nórdico de raiz protestante, jugulado, no seu entender, por uma burocracia "orweliana" (...*Correspondência* (2004), pp. 384-385).

No tocante ao crucial ciclo francês, é de relevar o corte definitivo com a militância e o ideário marxistas. Aliás, periclitantes desde o XXº Congresso do P. C. U. S. (1956), com a revelação dos crimes do estalinismo, a denúncia do culto da personalidade e as vagas esperanças numa sociedade de tipo colectivista dissipando-se desde aí progressivamente no seu interrogativo e impaciente imaginário. O princípio do centralismo democrático em que se alicerçara a crença na democraticidade dos regimes do socialismo real, revelando-se-lhe, por sua vez, no cotejo com a democracia francesa, como falácia endocêntrica a destruir a ilusão de uma partilha dos poderes decisórios pelo conjunto da comunidade de militantes e cidadãos. Neste quadro, e no plano da análise histórico-literária, a dissidência política e ideológica foi-o paralelamente afastando do anterior sociologismo. Quanto ao plano da militância partidária, esta vai encerrar-se em 1962 quando se desliga de modo formal do Partido Comunista. E fê-lo na sequência da sua 2ª visita à U. R. S. S. e a pretexto de um episódio censório protagonizado em Moscovo pelo próprio secretário-geral do partido, A. Cunhal, a mando dos soviéticos. Ao retirar-se daquela formação política, após quase vinte anos de activismo essencialmente ideológico, A. J. Saraiva veio a sentir com amargura o ostracismo e insulamento que os partidos do mesmo arco ideológico então reservavam a quem ousava pensar à revelia dos padrões oficiais.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Em França, no plano da investigação, de início esteve ligado ao *Collège de France* (1960), transitando no ano imediato para o *Centre National de la Recherche Scientifique* (C. N. R. S). Em 1966, após algumas dissensões de ordem teórica no círculo de protegidos do seu tutor, Marcel Bataillon, famoso hispanista, perde a confiança e a ligação à instituição. O ano em que sobrevive sem apoios, consagra-o ao estudo e à escrita, vivendo ainda uma traumática experiência, enquanto dirigente da *Liga Portuguesa de Ensino*, que vai refragilizar a sua hipersensível compleição psicológica. Associação cultural destinada fundamentalmente à instrução cívica dos emigrantes portugueses da região parisiense, e um vespeiro de jovens imaturos divididos por distintas e conflituosas tendências esquerdizantes. Daí em diante, sair de França, foi-se tornando para Saraiva um imperativo. Porém, os convites de universidades do Brasil, dada a interposição do Atlântico, e apesar do intenso apelo do ensino que o não deixava, não o atraíram. Vai todavia prosseguir a actividade de investigador sob o patrocínio de Fernand Braudel, a quem o unia uma recíproca estima, na *École Pratique des Hautes Études* (E. P. H. E - 5e section), o embrião da futura *École des Hautes Études en Science Sociales* (E. H. S. S.). Actividade por sua vez interrompida, em 1969, quando presumivelmente o braço longo de Israel S. Révah, o antagonista que já obtivera o seu afastamento do C. N. R. S., levou com sucesso a intriga até àquela escola. Momento em que uma vez mais enfrenta uma situação crítica, colocando-se-lhe finalmente a hipótese de aceitar o convite da Universidade de Brasília, entre outras possibilidades de ensino longe da Europa. Todavia um concurso internacional de que sai vencedor permite-lhe, após décadas de afastamento, regressar, por fim, ao ensino e ocupar o lugar de director do Departamento de Estudos Portugueses da Universidade de Amesterdão (1971-1974).

Em França, que passou a visitar com regularidade, e sem deixar de manter uma activa colaboração em jornais e revistas portuguesas, havia-se concentrado no estudo da obra de António Vieira e do Barroco. Os resultados ia-os então divulgando em diferentes publicações, anos mais tarde compilados para uma edição brasileira intitulada *O discurso engenhoso* (1980). Como foi colocando, ao longo desses inspirados anos 60, ensaios de tema predominantemente crítico-literário em reputadas revistas parisienses (*Temps Modernes, Annales E S.C, Poétique*). E preparara outros escritos, entre os quais, a reedição reformulada do livro de 1953 sobre o Tribunal do Santo Ofício, agora dado à estampa sob o título *Inquisição e Cristãos novos* (1969), e o seu mais imediato e estrondoso êxito editorial. Porém, e surpreendentemente, exceptuando uma tímida e curta abertura à analítica freudiana, sem rever a perspectiva economicista que, no texto antecedente, orientara a análise dos mecanismos e objectivos da instituição. Uma sobrevivência, por conseguinte, do velho paradigma marxista do qual já se tinha arredado em outras análises e teorizações ao longo da mesma década. Versão que reactivou a antiga e mortífera querela com aquele seu implacável opositor intelectual. O relançamento da contenda desenrolou-se em 1971 (Maio - Junho), quando Saraiva, como foi referido, havia já trocado Paris por Amesterdão. Em réplicas sucessivas e em tom virulento, o debate, sempre em crescendo, entusiasmou vivamente os leitores do *Diário de Lisboa*. Qualquer que hoje seja a opinião acerca da problemática em



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

causa, no essencial, a distinção epistémica entre documento autêntico e documento verídico, a hegemonia do factor económico e a relevância de outros níveis do processo social, esta obra de Saraiva, analisada weberianamente de um prisma “idealtípico”, não deixa de nos impressionar pelo vigor da argumentação e a plasticidade da escrita. Outra das suas inequívocas obras-primas.

Ora pela mesma altura, no seguimento da publicação de *Maió e a crise da Civilização Burguesa* (1970), no círculo de intelectuais e militantes portugueses mantidos ainda solidamente arrimados ao marxismo kremeliniano, ou de outras e variadas cepas, estalava uma nova e retumbante controvérsia. E o pretexto era o modo como Saraiva via e conceptualizava a juvenil insurreição parisiense de 1968, logo convertida numa comoção operária e popular de grande magnitude e impacto mundial. A obra, pouco mais que um opúsculo, ligava o relato da experiência directa desses inusitados acontecimentos a uma interpretação assente numa visão crítica do modelo industrialista e, por conseguinte, da civilização burguesa. Quer na versão liberal quer na marxista que tutelava, no leste europeu, as denominadas “democracias populares”. As jornadas de Maio e as suas iniciais reivindicações anarquizantes, vividas com adolescente entusiasmo por Saraiva - ele próprio em França se sentia um desclassificado, um *métèque* e uma sombra da imagem que o nimbara no seu país de origem -, vinham em muitos aspectos ao encontro das suas recentes opções críticas marcuseanas e às suas libertárias e muito precoces concepções pedagógicas expressas na rejeição das hierarquias e da “diplomacracia”. Com efeito, a partir de um marxismo assaz heterodoxo e salvo, acrescente-se, os atrás nomeados surtos de radicalismo conjuntural juvenil, a crer na sua compactada auto-biografia ideológico-política de 1983 (*Dicionário Crítico...* “Prólogo da edição de 1984”, reed. de 1996), desde vinte anos atrás, entre 1963 e 1964, foi rapidamente evoluindo para posições próximas da teoria crítica. É crítica toda a teoria que contesta globalmente uma ordem histórica. E então adoptou o ideário do jovem Marx humanista e hegeliano. E Gramsci, o teórico italiano dissidente da vulgata estalinista, era já uma referência que prezava. Isto é, orientava-se por um difuso marxismo culturalista relegando assim para segundo plano o paradigma sócio-económico e a referida função motriz do proletariado no processo histórico. Entretanto fazia emergir e consolidar a sua vera e definitiva visão do mundo que qualifica como essencialmente liberal. Ora no mencionado prólogo, procede não somente a uma esclarecedora teorização do seu antigo e aparentemente contraditório “marxismo liberal”, como especula sobre o lento processo de autonomização relativamente à vertente materialista da mesma doutrina. A crer na explicação aí exposta relativa à adesão ao pensamento de Marx e à sua ulterior versão política soviética, fruto do desconhecimento da natureza efectiva desta experiência no período do estalinismo, um tal compromisso não terá passado de uma equívoca opção pragmática imposta pela conjuntura sócio-política portuguesa e a urgência em combater a ordem salazarista. Pelo que, o seu real horizonte escatológico não teria sido nunca uma sociedade estatizada e autoritária, mas antes um espaço de liberdades propício à manifestação plena do princípio da individualidade. “O meu “socialismo” [...] estava contido no meu liberalismo” (*Dicionário...*, *op. cit.*, pp. 9-11, *passim* até p. 33). Por conseguinte, podendo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

voltar a reclamar-se do outrora renegado liberalismo sergiano. Como ulteriormente retomar e teorizar, em fase de sedimentação do seu universo axiológico e sócio-político, certos traços duradouros de experiências e sentimentos da mocidade. Nesses anos da maturidade tardia, sempre combativos e férteis de nuances ideológicas, foi evoluindo no sentido de um vago ecologismo, corrente de pensamento amplamente teorizada e projectada na cena pública internacional desde o início dos anos 70. E sempre em convergência, nunca bem explícita, com as distintas variantes do ideal libertário.

Na polémica suscitada pela perspectiva dos extraordinários episódios da insurreição parisiense exposta no *Maió...* saraiviano, autêntica carta de alforria ideológica relativamente ao modelo tradicional do marxismo revolucionário assinada pelo antigo e celebrado ideólogo da esquerda radical portuguesa, estupefactos, muitos foram os adversários que lhe saltaram ao caminho vindos de distintos quadrantes do marxismo nacional. Incluindo Cunhal, o ex-camarada e secretário-geral do P. C. P. Mas é sem dúvida Mário Sottomayor Cardia, um filósofo de formação, quem maiores dificuldades teóricas lhe viria a colocar. E também quem lhe dirigiu a mais estruturada réplica crítica em nome, diga-se ainda, de um marxismo notavelmente flexível. E, pormenor relevante, não tendo deixado o futuro ministro socialista de compensar a dureza da sua argumentação, ao prestar ao visado uma das homenagens intelectuais mais assertivas que este terá recebido em vida (*Sobre o antimarxismo contestatário ...*(1971), p. 11).

Entretanto em Amesterdão, intrigas várias matizadas de uma discreta coloração xenófoba e criando à sua volta uma verdadeira teia kafkiana, perseguem-no uma vez mais. E reedita-se uma situação psicologicamente desgastante a ponto de prever a saída daquela cidade e ir em busca de um novo destino profissional.. Mas a revolução portuguesa de 1974, surgindo no momento próprio, vai facilitar-lhe o ansiado regresso ao país. E pôr fim à sina de intelectual errante a que um qualquer mau génio parecia, para todo o sempre, tê-lo predestinado.

É o terceiro, último e extenso segmento do trajecto intelectual e de vida aqui considerado (1974-1993). Ora em certas dimensões do seu magistério escolar e sobretudo em relação ao empenho interventor no espaço público, A J. Saraiva não vai experimentar, no próprio país recém-saído do regime de ditadura, um ambiente tranquilo, isento de quesílias e de incómodos. Acabará assim por deixar a Universidade Nova que o acolheu num primeiro momento para estabilizar o labor universitário na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Clássica). Onde igualmente, num curto lapso de tempo, pressentiu a passagem do vento da adversidade. Era a mesma escola que o tinha deixado partir em 1943, nas condições anteriormente descritas, e que, em Janeiro de 1974, lhe havia atribuído o honorífico e, no caso, redundante grau de Doutor *Honoris Causa*. No período politicamente convulso do estabelecimento do novo regime, A. J. S. será eleito por um mandato para a presidência do Conselho Directivo daquela faculdade (1976-1977). Escola onde vai permanecer até à jubilação (1987), sem qualquer outra responsabilidade senão a de ensinar e orientar os candidatos aos graus de mestrado e doutoramento.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Num país liberto de uma asfixiante ordem autoritária e a ensaiar uma experiência democrática - não obstante submetido a novas fórmulas de recalçamento ideológico -, o seu arreigado mecanismo anti-conformista iria levá-lo depressa, a contra-ciclo da opinião dominante, a impugnar com inaudita aspereza formal e destemor argumentativo a mitologia da mesma revolução. Muito em particular no que concerne às nacionalizações em massa e à sua incidência político-militar nos territórios ultramarinos portugueses. Tendo o libelo que divulgou, denunciando a forma como o novo regime procedeu à descolonização do império, suscitado violentas reacções em diferentes sectores sociais mais à esquerda do espectro político e no seio do grupo de militares ligados ao processo revolucionário. Com o peso da sua reconhecida autoridade intelectual e cívica, Saraiva protagonizava na altura a função de consciência crítica nacional. Interessando-o a propósito, muito em particular, a temática da portugalidade. Um tema aliás muito debatido ao longo do último século. Os textos reunidos em *Filhos de Saturno* (1980) são concludentes quanto ao desassombro da sua intervenção jornalística naquele conturbado período da vida portuguesa. Com especial relevância para os alertas que lançou suscitados pela ameaça de um novo e até mais dogmático cesarismo na sua feição opressivamente totalitária. Porém, uma ou outra vez, podendo registar-se na sua intervenção alguns excessos opinativos distanciando-o de uma mais ponderada análise sócio-histórica e da sua indispensável visão poliédrica. E assim, a aprisioná-lo no espaço redutor e dicotómico da mais acesa luta ideológica. Contudo, à época, deve reconhecer-se, uma dimensão a sobrepor-se às restantes e a minar qualquer serena isenção judicativa. Mas em situações tão críticas, decerto não é ao historiador que incumbe a *praxis* militante mas ao ideólogo. E era a urgência do combate ideológico que o movia.

Em relação a este último segmento de vida, no plano da história e da crítica literária, em oposição reiterada às distintas modalidades do cientismo positivista e do evolucionismo, vai reapropriar-se por inteiro, como foi dito, do modelo interpretativo de base hermenêutica. Traduzindo-se a opção numa reescrita de alguns dos seus mais importantes estudos. Não apenas historiográficos como de âmbito teórico, de forma a demarcar-se do modelo sociológico que os tinham condicionado. E então, anunciando ou perdendo-se por linhas que convergem com os rumos subjectivistas da pós-modernidade em fase de gestação. Vejam-se a propósito, *A Cultura em Portugal, Livro I* (1982), *Livro II* (1984), *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal* (1988). Entretanto o reputado mestre universitário alargava a já vasta experiência do mundo com novas viagens. Sendo de destacar as que efectuou, a convite de diferentes universidades e instituições, às duas Alemanhas, à Venezuela, ao Brasil, aos EUA e a Israel. Por sua vez, a reflexão subversiva e radicalmente inovadora que desde a juventude dedicara aos problemas do ensino continuava a motivá-lo e a originar regulares intervenções. Como a decidida viragem ecologista do pós - Maio francês não se vai esfumar no seu espírito. O último texto que publicou em vida, no jornal *Expresso*, inscrevendo-se, aliás, nesta área de combate político. Revendo-se, paralelamente, no decurso das últimas décadas de intervenção pública, numa visão do mundo nostálgica e ruralista, em oposição ao hiperconsumismo contemporâneo e insurgindo-se contra as



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ilusões do inevitavelmente alienador progresso tecnológico. Herança dos românticos que Heidegger reactivara a um nível poético-reflexivo contagiante e o movimento ecologista difundira desde os inícios dos anos 70. Sempre, a seu ver, tal modalidade de progresso condicionando novas formas de opressão social e a ameaçar exponencialmente o equilíbrio e sustentabilidade do planeta. Progresso técnico-científico inerente às lógicas determinísticas e crenças teleológicas da área cognitiva positivista, de que também se distancia em nome de uma opção de vida frugal, fundada num convívio interpessoal deshierarchicalizado. Visão programática exposta sobretudo em *Raiz e Utopia*, a revista de que foi o ícone mediático e também co-fundador e director, cuja publicação se prolongou de 1977 a 1981. E também a sua última e entusiástica experiência ideológica de grupo.

Relativamente às últimas contribuições historiográficas ou teóricas, um apontamento justifica-se quanto ao estudo *Tertúlia Ocidental* (1990), livro galardoado com o prémio do P. E. N. Clube, e um dos seus textos de mais cuidada subtileza formal. Última fulguração de uma pulsão literária que, devidamente calibrada, nunca deixou de cultivar na sua escrita académica. À guisa de despedida, nesse estudo revisita o naipe dos Vencidos da Vida, a já mencionada e consagrada Geração de 70. Igualmente merece registo a síntese publicada postumamente, *Cultura* (1993), onde expõe com lacónica precisão as suas pessoalíssimas concepções sobre o tema de um ângulo claramente antropológico. Como aos leitores desta nota devem recomendar-se as muitas e surpreendentes centenas de páginas de *Crónicas* (2006), colectânea onde foi compilada a generalidade dos seus variadíssimos textos dispersos pelas mais díspares publicações de tipo periódico. E, finalmente, a reter temos ainda as impressionantes reflexões epistolográficas, *António José Saraiva, Óscar Lopes, Correspondência* (2004), pontuando a passagem dos anos e décadas que abrangem o seu vasto campo de interesses culturais e políticos. Num vibrátil, denso e por vezes contundente diálogo epistolar com Óscar Lopes, estes escritos, para além de dimensões mal conhecidas da sua invulgar capacidade crítica e filosófica, iluminam ainda diferentes circunstâncias reservadas da sua existência, tantas vezes precária e angustiada mas sempre intelectualmente combativa. Um diálogo deveras empolgante. Um e outro dos interlocutores, envolvidos numa indefectível amizade e numa complexa afinidade intelectual convergente-divergente. Um e outro, personalidades cimeiras do panorama político-cultural português do último século cujo transcurso, nessa extraordinária correspondência, se problematiza de forma intensa e em alguns momentos mesmo dramaticamente e com o elo afectivo entre ambos em vias de se estilhaçar. Edição devida ao esforço paciente da malograda historiadora Leonor Curado Neves, responsável pela transcrição e notas que acompanham o texto, e também autora de uma subtil sinopse introdutória ao pensamento e obra de A. J. Saraiva.

E para concluir esta nota uma referência é devida à sua condição de grande vulto das letras nacionais. Cultor da língua como raríssimos outros autores contemporâneos, e atrás sumariamente se deixou já entender, A. J. S. assinou, com efeito, uma prosa de ímpar qualidade comunicacional e estética. Caracterizada pela fluidez, a propriedade lexical, uma sintaxe equilibradamente harmoniosa e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

um ponderado e didático uso das figuras do discurso. E assim é uma escrita que nos prende de forma inapelável e magnetiza. Pelo que, ao lermos um texto de Saraiva, deparamo-nos com um *scholar* multifacetado, atraído pelas altas voltagens do debate filosófico e estético, pela intervenção política, mas de igual modo atento à dimensão performativa do acto da escrita. E isto, sem qualquer prejuízo da tensão doutrinal no mesmo investida.

Ora, mau grado a relevância do vasto património crítico e histórico-literário que nos legou, esta compósita e extensa herança intelectual continua mal conhecida e por desbravar na sua densa configuração teórico-literária e nas suas múltiplas interações sócio-políticas e ideológicas. Como aguarda uma reorganização editorial e uma nova visibilidade, tal como um mais adequado reconhecimento público. António José Saraiva nunca se prestou a grandes homenagens, nem aceitou distinções oficiais ou prebendas. Desejou ser inumado em Donas (Fundão). Para memorizar o perturbador agitador de consciências, a municipalidade lisboeta reservou-lhe uma esconsa praceta da capital.

Bibliografia activa: *Gil Vicente e o fim do Teatro Medieval*, Lisboa, 1942; *História da Cultura em Portugal. Livro Primeiro. A Idade Média até à crise social do século XIV*, Lisboa, Jornal do Foro, 1950; *História da Cultura em Portugal. Livro Segundo. Renascimento, Contra-Reforma*, Lisboa, Jornal do Foro, 1955; *História da Cultura em Portugal. Livro Terceiro. A Ressaca do Renascimento*, Lisboa, Jornal do Foro, 1962; *História da Literatura Portuguesa*, com Óscar Lopes, Porto, Porto Editora, 1956; *Dicionário Crítico de algumas ideias e palavras correntes*, Lisboa, Europa-América, 1960; *Inquisição e Cristãos -Novos*, Porto, Editorial Inova, 1969; *Maio e Crise da Civilização Burguesa*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1970; *O Discurso Engenhoso: Ensaios sobre Vieira e outros autores barrocos*, S. Paulo, Edições Perspectiva, 1980; *A Tertúlia Ocidental: Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins; Eça de Queirós e Outros*, Lisboa, Gradiva, 1990.

António José Saraiva, Óscar Lopes, Correspondência, Lisboa, Gradiva, 2004.

Crónicas, org. de Maria José Saraiva, Quidnovi, 2004.

Bibliografia passiva: CARDIA, Mário Sottomayor, *Sobre o antimarxismo contestatário ou as infelicidades de um jdanovista ofuscado pelo neocapitalismo*, Lisboa, Seara Nova, 1972; LOPES, Teresa Rita, "A nobreza de não saber viver", *Jornal de Letras*, 23 de Março de 1993, p. 17; LOURENÇO, Eduardo, "O iconoclasta do imaginário cultural", *Expresso*, 20 de Março de 1993, p.17; MATTOSO, José, "António José Saraiva", *Penélope*, nº 12, 1993, pp.129-132; NEVES, Leonor Curado, "Prefácio", in *António José Saraiva e Óscar Lopes Correspondência, op. cit.*, pp. 9-24; PAVÃO, J. Almeida, "António José Saraiva e os estudos vicentinos", in *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva* (Maria de Lourdes Belchior et al, org.), Lisboa, Ministério da Educação, 1990, pp. 185-191; PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma biografia política. O prisioneiro (1949-1960)*,

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; SOLOMON, H. P., “Les procès de l’Inquisition Portugaise comme documents littéraires, ou du bon usage du Fonds Inquisitorial de la Torre do Tombo”, *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, op. cit., pp.151-164; VASCONCELOS, José Carlos de, “António José Saraiva e Óscar Lopes: uma história na literatura...”, *Jornal de Letras*, 17 de Abril de 1990, pp. 7-10.

Luís Ramalhosa Guerreiro



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Secretariado de Ciência, Tecnologia e Inovação

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA